

# **Demonstrações Financeiras**

## **Sim Geração Distribuída S.A. – SIM GD**

31 de dezembro de 2024

## Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024 .....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS .....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES .....	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	10
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	14
4. DESPESAS OPERACIONAIS .....	14
5. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS .....	14

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas,

A Sim Geração Distribuída S.A. – Sim GD (“Companhia” ou “Sim GD”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

### COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R\$1.000,00 representado por 1.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. – Cemig SIM.

### DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

#### *Resultado do Exercício*

A Companhia apurou um prejuízo de R\$13,00 no exercício em 2024.

#### *Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização – LAJIDA*

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2023, o LAJIDA da Companhia foi de R\$13,00 negativo, conforme demonstrado a seguir:

Valores expressos em reais	2024	2023
<b>Resultado Líquido</b>	(13)	(252)
Despesa de IR e CS	-	-
Depreciação/Amortização	-	-
Resultado Financeiro	-	106
<b>LAJIDA (1)</b>	<b>(13)</b>	<b>(146)</b>

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

### ***Custos e Despesas***

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$13,00 em 2024. É composto, por taxas diversas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Administração da Sim GD é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em Reais)

### ATIVO

	Nota	2024	2023
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	735	735
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>735</b>	<b>748</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>735</b>	<b>748</b>

### PASSIVO

	Nota	2024	2023
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	14		
Capital Social		1.000	1.000
Prejuízos Acumulados		(265)	(252)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>735</b>	<b>748</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>735</b>	<b>748</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em Reais)

	Nota	2024	2023
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>			
<b>Despesas operacionais</b>			
Tributos		(13)	(146)
		<b>(13)</b>	<b>(146)</b>
<b>Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos</b>		<b>(13)</b>	<b>(146)</b>
Receitas Financeiras	17	-	1
Despesas Financeiras	17	-	(107)
		-	<b>(106)</b>
<b>Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro/Prejuízo</b>		<b>(13)</b>	<b>(252)</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(13)</b>	<b>(252)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em Reais)

	2023	2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(13)	(252)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(13)</u>	<u>(252)</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em Reais)

	Capital Social	Lucros/ Prejuízos Acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>100</b>
Integralização de Capital	(900)	-	900
Resultado do Exercício	-	(252)	(252)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>1.000</b>	<b>(252)</b>	<b>748</b>
Capital social subscrito	-	-	-
Resultado do Exercício	-	(13)	(13)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>	<b>1.000</b>	<b>(265)</b>	<b>735</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em Reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2024	2023
Resultado do Exercício	(13)	(252)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	(13)	(252)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(13)</b>	<b>(252)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Aumento de capital	-	900
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>900</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(13)</b>	<b>648</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	748	100
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	735	748

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em Reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SIM Geração Distribuída S.A. – SIM GD (“Companhia” ou “SIM GD”), sociedade anônima de capital fechado e subsidiária integral da Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. – Cemig SIM, foi constituída em 7 de fevereiro de 2022 e está sediada em Belo Horizonte/MG.

A SIM GD tem por principais objetivos: (i) instalar, operar, manter e locar usinas fotovoltaicas de geração de energia elétrica; (ii) gerir contratos de aluguel, operação e manutenção de usinas fotovoltaicas de geração de energia elétrica; (iii) administrar a constituição de consórcios, cooperativas ou condomínios de consumidores de energia elétrica que aderirem ao Sistema de Compensação de Energia, conforme Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel nº 482/2012, conforme alterações; (iv) participar em consórcios, cooperativas ou condomínios de consumidores de energia elétrica, que aderirem ao Sistema de Compensação de Energia, conforme Resolução Aneel nº 482/2012, conforme alterações, o qual administre; (v) executar, direta ou indiretamente, negócios, projetos e empreendimentos relacionados com eficiência energética, geração distribuída e sistemas de compensação de energia elétrica, conforme legislação e regulação em vigor.

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração em sua gestão.

Em 18 de julho de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

## 2.1 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

## 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.3 Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2024

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Passivo não circulante com <i>covenants</i> e revisão da classificação de passivos como circulante ou não circulante	<p>Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.</p> <p>Essas alterações não impactaram materialmente as políticas contábeis já adotadas pela Companhia.</p>
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	<p>As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.</p> <p>A Companhia não possui operações de “Risco Sacado”</p>
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and Leaseback</i> ”	<p>Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i>, que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda.</p> <p>As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais no CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.</p> <p>A Companhia não possui operações de <i>Sale and leaseback</i>.</p>

## 2.4 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
<p>Alterações nas normas CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade</p>	<p>As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar uma taxa de câmbio à vista que reflita as condições de mercado.</p> <p>Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.</p> <p>O pronunciamento também destaca a importância das divulgações para que os usuários das demonstrações contábeis possam compreender como a moeda não conversível em outra afeta o desempenho financeiro, bem como os riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.</p> <p>A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	01/01/2025
<p>Alterações ao CPC 48 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros</p>	<p>As alterações esclarecem como deve ser a classificação dos ativos e passivos financeiros com características de ESG e similares. A norma introduz um teste adicional de SPPI (Solely Payments of Principal and Interest) para ativos e passivos financeiros com características contingentes, uma vez que esses aspectos podem afetar se a mensuração será pelo custo amortizado ou pelo valor justo. O teste SPPI é condição precedente para classificação como custo amortizado.</p> <p>As alterações também fornecem uma exceção sobre o momento em que um passivo financeiro deve ser desreconhecido diante de uma liquidação financeira eletrônica. Assim, foi inserida uma opção de política contábil para permitir que a empresa desreconheça um passivo financeiro antes da data de liquidação financeira, desde que os critérios especificados na norma sejam atendidos.</p> <p>Além disso, foram inseridos requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência para os investidores em relação aos investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, características vinculadas a metas ESG.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	01/01/2026
<p>CPC 26 (R1) – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras</p>	<p>O IFRS 18 substituirá o CPC 26 e introduzirá novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.</p> <p>As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras são novas.</p> <p>A norma exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.</p> <p>As alterações de escopo restrito foram feitas no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as quais incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.</p>	01/01/2027

Norma	Principais alterações	Início da vigência
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	<p>Há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.</p> <p>A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.</p> <p>A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.</p> <p>Para ser elegível, no final do período de relatório, a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	01/01/2027
CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas e CPC 18 (R3) – Investimentos em Coligadas, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto – Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	<p>Trata de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou <i>joint venture</i>. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou <i>joint venture</i>.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração pois não possui investimentos e não realiza consolidação.</p>	Ainda não definido

## 2.5 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	2024	2023
Contas Bancárias	735	748
<b>TOTAL</b>	<b>735</b>	<b>748</b>

## 4. DESPESAS OPERACIONAIS

	2024	2023
Tributos	13	146
	13	146
<b>Despesas</b>	<b>13</b>	<b>146</b>
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>146</b>

## 5. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
<b>Receitas Financeiras</b>		
Renda de Aplicação Financeira	-	1
<b>Despesas Financeiras</b>		
Outras	-	(107)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>-</b>	<b>(106)</b>

\*\*\*\*\*

Pablo Rios  
Diretor-Presidente, em exercício

Marley de Souza Lemos  
Diretor de Operações

Rubens Soalheiro de Oliveira Matos  
Diretor Comercial

Mário Lúcio Braga  
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha  
Gerente de Contabilidade Financeira e  
Participações  
Contador - CRC – MG -121.569/O-7